

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS**

**Assunto: PROPORCIONALIDADE DE CÁLCULO DE PROGRESSÃO DOCENTE**

**Ref. Processo n.º: 23163.003565.2020-33**

**Parecer: nº 188\2020\DELENO\PROGEP**

Em atendimento a solicitação do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, em razão de provocação da **COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD/IFSUL)**, emitimos o presente expediente, a fim de estabelecer orientações para o *cálculo da avaliação de desempenho para fins de progressão funcional docente*, nos termos do art. 14, § 2º, I, da Lei nº 12.772, de 2012, no contexto de pandemia por COVID-19.

Primeiramente, destacamos que a partir da Instrução de Serviço nº 10/2020/IFSUL, as atividades presenciais foram suspensas no âmbito desta Instituição, com efeitos a partir de **16/03/2020**. Após, verificou-se a aprovação de demais atos normativos relativos a prorrogação desta suspensão, forte nas instruções nº 11, 12, 14 e 15/2020/IFSUL, expedidas no decorrer do ano corrente.

Ademais, o próprio Ministério da Educação (MEC) determinou, por intermédio da **PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020**, que as aulas presenciais fossem substituídas por atividades que usem recursos educacionais digitais, tecnologias da informação e comunicação ou outros meios convencionais até 31/12 deste ano, e oportunizou as Instituições Federais de Ensino (IFE's) e a **realização da suspensão das atividades acadêmicas presenciais pelo mesmo prazo (31/12/2020)**<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal

Desta forma, com o escopo de garantir critérios **mais razoáveis e justos na avaliação de desempenho**, e considerando não haver dispositivo legal expresso que preveja situação *sui generis* tal qual a apresentada, é que recomendamos a adoção, por analogia, do disposto no art. 6º, § 4º, do **DECRETO Nº 7.806, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012**, que regulamenta os critérios e procedimentos para a progressão dos servidores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), para aplicação analógica ao período de suspensão das atividades presenciais. Senão vejamos o que dispõe o referido encarte legal:

Art. 6º As Instituições Federais de Ensino - IFE, por ato de seu Conselho Superior competente, definirão os critérios e procedimentos específicos para a avaliação de desempenho acadêmico e para o cumprimento dos requisitos de capacitação e titulação, observado o disposto no ato de que trata o art. 5º.

§ 3º Em caso de afastamento considerado como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração, por tempo superior a dois terços do ciclo avaliativo, o servidor não será avaliado e perceberá a mesma pontuação obtida anteriormente na avaliação de desempenho para fins de progressão, até que seja processada sua primeira avaliação após o retorno.

**§ 4º No caso de o servidor de que trata o § 3º não possuir pontuação anterior em processo de avaliação de desempenho, será conferida pontuação correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo. (grifos não originais).**

.....

Veja-se, portanto, que a adoção deste critério visa se harmonizar com os critérios atualmente dispostos para o atingimento da pontuação mínima necessária para fins de progressão funcional, nos termos do que dispõem as **NORMAS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DO IFSUL** (em anexo), e que exigem, regularmente, o preenchimento de **50 (cinquenta) pontos** para o atingimento da progressão funcional pretendida. Eis a dicção do art. 8º do referido normativo institucional:

Art. 8º - Estará habilitado a progredir para o nível seguinte o docente que obtiver no **mínimo média igual ou superior a 50 pontos**. (grifos não originais).

.....

---

*de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. § 1º O período de autorização de que trata o caput se estende até 31 de dezembro de 2020. Art. 2º Alternativamente à autorização de que trata o art. 1º, as instituições de educação superior poderão suspender as atividades acadêmicas presenciais pelo mesmo prazo*

Desta forma, ao realizar a subsunção direta do Decreto ao presente caso prático, entende-se que, **enquanto vigentes nos normativos que suspendam atividades em decorrência da pandemia por COVID-19** (por força das instruções de serviço e demais regramentos ministeriais), **deve ser presumida a pontuação relativa a 80 (oitenta) por cento do período de afastamento ao docente em avaliação**, podendo ser contado em dias, e exigindo-se, de outro lado, **que o mesmo obtenha 20 (vinte) por cento da média necessária na vigência desta mesma suspensão das atividades presenciais**.

A título exemplificativo, considerando que a pontuação exigida para aprovação no ciclo de 24 (vinte e quatro) meses<sup>2</sup> é de 50 (cinquenta) pontos, e o docente tenha, de forma parcial, comprometido 6 (seis) meses de seu interstício no contexto de suspensão de atividades presenciais pela pandemia, deverá, portanto, atingir o seguinte nível de equivalência proporcional de sua pontuação para fins de aprovação:

#### **SITUAÇÃO NORMAL**

24 (vinte e quatro) meses - 100% avaliação = **50 (cinquenta) pontos necessários** para progressão funcional.

#### **SITUAÇÃO PROPORCIONALIZADA (ex. 6 MESES)**

06 (seis) meses = **10 (dez) pontos atribuídos** - (80% da avaliação) = **40 (quarenta) pontos necessários** a serem apresentados pelo docente, para totalização de **50 (cinquenta) pontos**.

É possível desenvolver uma tabela de correlação mensal (ou mesmo diária), para atribuição do percentual de 80 (oitenta) por cento garantido aos docentes no período do cálculo elucidado, **com a utilização do quantitativo de 1,66 (um inteiro e sessenta e seis décimos) /mês atribuídos ao docente** em sua avaliação para fins de progressão funcional.

---

<sup>2</sup> Art. 12. Lei nº 12.772, de 2012. O desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. § 1º Para os fins do disposto no caput, progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, na forma desta Lei. § 2º A progressão na Carreira de Magistério Superior ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, cumulativamente: I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e II - aprovação em avaliação de desempenho.

Desta forma, seguimos a um novo exemplo:

**Nota atribuída às atividades docentes: 32 (trinta e dois) pontos (avaliação de 24 meses)**

**Período de suspensão das atividades: 12 (doze) meses**

**Coefficiente atribuído/mês (1,66): 12x 1,66 ~ 20 pontos**

**NOTA FINAL: 32 + 20 = 52 (cinquenta e dois) pontos (aprovado)**

Vale ressaltar, considerando o contexto de pandemia e a necessidade de sopesar a avaliação sem prejuízo ao **direito a progressão funcional**, que as avaliações podem e devem considerar eventual necessidade de *arredondamento* em favor do servidor docente, bem como a eventual necessidade de **realização do cálculo em dias** (sendo aplicado o fator 0,055/dia), caso haja períodos de fracionamento no interstício que indiquem a necessidade de cálculo desta natureza.

Por fim, considerando a competência da matéria e o disposto no art. 26, §1º, IV, da Lei nº 12.772, de 2012<sup>3</sup>, recomendo a oitiva e manifestação da **Comissão Permanente de Pessoal Docente**, com a relação à sugestão de contagem proporcional a ser realizada em tais situações.

**FACE AO EXPOSTO**, considerando as diversas normativas aplicáveis, encaminho o presente expediente ao Senhor Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, **para análise e deliberação**.

Em 17 de novembro de 2020.

Gustavo Alberto Schneider  
Departamento de Legislação e Normas  
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

---

<sup>3</sup> Art. 26. Será instituída uma Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, eleita pelos seus pares, em cada IFE, que possua, em seus quadros, pessoal integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013). § 1º **A CPPD caberá prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a: IV - avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;**

# Documento Digitalizado Público

**PARECER 188\2020\DELENO\PROGEP**

**Assunto:** PARECER 188\2020\DELENO\PROGEP  
**Assinado por:** Gustavo Schneider  
**Tipo do Documento:** Documento  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Gustavo Alberto Schneider**, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD4 - IF-DELENO, em 18/11/2020 10:25:10.

Este documento foi armazenado no SUAP em 18/11/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 169499

**Código de Autenticação:** a57a7169eb

